

Prezado Prof. Dr. Sergio Roberto Nobre,

Vice-Reitor da Universidade Estadual Paulista- UNESP

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária - CEPE

Ref.: Considerações sobre a reunião do CEPE do dia 10/10/2017 e solicitações correlatas.

Vimos por meio desta fazer algumas considerações sobre a reunião do CEPE ocorrida no último dia 10/10/2017, a qual consideramos que foi bastante conturbada, em meio a grave situação em que nossa Universidade se encontra e a tantos desafios que nossa comunidade tem pela frente, os quais sem muita articulação e trabalho em grupo, não seremos capazes de enfrentar. Não ao menos sem o grande risco de que daqui a poucos anos encontremos uma Universidade sucateada, sem visão de conjunto, sem orgulho institucional, sem condições de trabalho dignas e sem condições de atender a sociedade como esta merece, em suma, pronta para os ataques de governantes inconsequentes e oportunistas, que em outros momentos pressionaram pelas expansões, e que podem do dia para a noite tenderem ao desmembramento e/ou às privatizações do ensino público paulista, tal como já vem fazendo em diversos outros setores dos serviços públicos estaduais e nacionais.

Nossa comunidade e nossos representantes precisam somar forças em prol da Universidade e o que ocorreu na última reunião do CEPE e a forma como a reunião foi pautada e dirigida foi no sentido contrário a isto, como gostaríamos de expor com alguns argumentos a seguir:

1. Embora muito se utilize do Regimento do CEPE para diversas ações durante as reuniões, em especial para o controle do tempo de fala dos membros, a pauta da reunião trazia no item Discussões Gerais, fora dos itens para votação, um tema extremamente importante para a comunidade no momento, que é da contratação de professores substitutos.
 - a. Ao observamos os documentos da pauta, ficamos confusos e estávamos preparados para questionar sobre o item, pois os documentos iam além de planilhas ou de um relatório para fomentar uma discussão. Ao contrário, traziam propostas de critérios para contratação de substitutos, minuta de resolução e minuta de portaria que deveriam ter aprovação no CEPE. Ou seja, documentos que deveriam ser pautados formalmente como itens para deliberação durante a reunião.
 - b. Não tivemos oportunidade de questionar sobre tais estranhezas, pois nos informes da Presidência, foi proposto que o item se tornasse item de pauta, em prejuízo da Palavra da Presidência e com inversão de ordem com a Palavra dos Membros que iria para o final da reunião, já que o assunto teria urgência para ser debatido e deliberado. Nas explicações, evidenciou-se que a urgência era em função de que providências teriam que ser tomadas ainda naquela tarde, pelo Presidente da CCD, prof. Fossey, que entraria em férias nos próximos dias. Ora, se a urgência era tamanha o assunto deveria ser item de pauta desde o início e, considerando que o assunto mais importante e aguardado da reunião era o item 3, toda esta confusão em função deste

item prejudicou a palavra dos membros e a discussão do item 3. Além disto, o Prof. Fossey que se opôs a discussão do item na ordem que estava na pauta, por dizer que não teria tempo até o final da tarde para dar andamento às ações necessárias, estava de volta à reunião no início da tarde e lá permaneceu até o final. E por fim, vale ressaltar que os assuntos da Universidade deveriam ser tratados de forma institucional e não pessoal, e o período de férias de um ou outro servidor não deveriam impactar no funcionamento de toda uma estrutura acadêmica ou no bom andamento das discussões de um colegiado como o CEPE, como de fato ocorreu.

- c. Não é a primeira vez que a Presidência traz assuntos para o item Discussões Gerais, que por regimento não permite deliberações, buscando obter algum tipo de “autorização ou deliberação informal” do colegiado. Isto ocorreu com o assunto do IEAMar. Ocorreu também com o fatídico assunto da proposta de avaliação departamental, que foi pautado pela 1ª vez no CEPE nesta reunião do dia 10/10/2017, mas já foi apresentado no CO, foi debatido com as congregações, foi debatido com a Adunesp e levou a uma deliberação no último CEPE, sem ter passado pelo debate pautado **“nem uma única vez no colegiado”!**
 - d. Vale ressaltar que vários membros do colegiado elogiaram a Presidência do CEPE em manter este espaço para discussões gerais, mas também gostaríamos de ver pautados os assuntos sugeridos por membros individuais ou grupos de representantes, tais como: (1) **a vinculação da CPA ao CEPE** e não mais ao Reitor como atualmente; (2) a definição de uma **metodologia para liberação sobre contratações de docentes** em todos os níveis, em especial os RDIDP, já que é prerrogativa do CEPE deliberar sobre todos os processos de contratação e depois, fica com o Reitor a prerrogativa de liberação das vagas, independentemente de qualquer política institucional discutida no CEPE; (3) a definição de uma política democrática para indicação do **candidato da UNESP** que participa das eleições para o **Conselho da FAPESP**; (4) discussão sobre os cursos com altos índices de evasão ou com baixa relação histórica candidato-vaga; (5) discussão sobre **departamentos com número de docentes inferior ao preconizado** pelas normas da Universidade; (6) discussão sobre a **importância dos Departamentos** na estrutura universitária atual; (7) **revisão da estrutura universitária atual**; dentre muitos outros que poderiam ser debatidos sem deliberações, amadurecidos, para em seguida serem pautados no Colegiado em reuniões subsequentes.
2. Com o exposto acima, o resultado foi que tivemos uma reunião iniciada sem a Palavra dos Membros e com a Ordem do Dia invertida em função de um item que a princípio nem seria pautado para deliberação na reunião em questão. De fato, o colegiado aprovou tal alteração, mas sob pressão da mesa e do Presidente da CCD, com a justificativa de uma urgência que não ficou clara para os membros do colegiado. Tal inversão de pauta foi bastante prejudicial à discussão do item 3, pois as pessoas estavam preparadas e focadas neste item, como sendo o item mais importante da reunião.
 3. Com relação à forma como a discussão do item 3 ocorreu e como as duas propostas apresentadas foram colocadas uma contra a outra: (1) formação de um Grupo de Trabalho do

CEPE para organizar todas as contribuições recebidas e traçar um planejamento para avançar com as discussões até a apresentação de uma proposta que pudesse ser chamada de Proposta do CEPE; (2) aprovação dos “Princípios” da Proposta da Reitoria, com subsequente discussão da proposta no CEPE, com relação à metodologia de planejamento e avaliação. Entendemos que a votação deveria ter sido colocada em duas partes. Primeiro, se seria formado um GT ou se a discussão seguiria sendo realizada com todos os membros do colegiado até o final da proposta. Segundo, se tais “Princípios” deveriam ser aprovados ou não”, antes de serem discutidos no colegiado, **pois não foram!**

- a. Da forma como foi colocada e aprovada a proposta (2), foram aprovados os tais princípios, mesmo sem discussão no colegiado, que agora deveria discutir sobre como planejar e avaliar os departamentos a luz de princípios não discutidos no colegiado. A nosso ver, uma grande ingerência promovida pelo Secretário Geral ao propor a forma de votação, permitida pela Presidência do CEPE.
- b. Ao apresentar a proposta (2), o Prof. Melazzo usou em sua fala que “tem ouvido por aí que a proposta é muito boa e que existe um consenso com relação aos princípios”. Mas, que consenso é este em uma votação do colegiado, com resultado 12 a 11? Sendo que dentre os 12 votos vencedores, constam os votos do Presidente da mesa, dos 4 pró-reitores, da Presidente da CPA, do Prof. Melazzo. Ou seja, pelo menos 7 dos 12 votos vencedores estavam totalmente alinhados à Presidência. Vale ainda ressaltar que o resultado da pesquisa de metodologia questionável aplicada pela CPA, foi que das 34 Congregações e Conselhos Diretores da UNESP, 8 manifestaram discordância total com a proposta, 17 manifestaram concordância com muitas restrições, 8 concordância com poucas restrições e apenas 1 Congregação manifestou-se em concordância total com a proposta da reitoria.
- c. Portanto, os resultados da votação no CEPE e da pesquisa com as Congregações indicam que a proposta precisaria ser muito mais debatida, inclusive no que tange os tais Princípios aprovados! Que reforçamos, não foram discutidos no CEPE! Não estamos aqui indicando que seríamos contrários a tais princípios ou a um ou outro, mas que o debate precisaria ser ampliado. (1) **Equidade e Transparência** são fundamentais e anseios históricos da comunidade. (2) **Comparação**: entendemos que este precisasse ser mais discutido, pois dele sairão políticas de incentivo, marginalização, premiação, etc., para os departamentos que se destaquem e para aqueles que não consigam, sistematicamente, cumprir metas estabelecidas, ainda que não se fale no momento em como será feito para equiparar as condições de trabalho dos departamentos, na situação de crise atual. (3) **Autonomia**: inicialmente também desejado pela comunidade, mas para que a UNESP seja, de fato, a Universidade ESTADUAL PAULISTA que tanto desejamos, e não um juntado de Faculdades e Institutos dispersos do Estado de São Paulo, esta Autonomia deve ser muito bem embasada nas metas da Universidade, as quais entendemos deveriam estar sendo rediscutidas neste momento. Ou, estaremos ainda nos baseando no PDI e PDUs elaborados nos anos de bonança financeira e estabilidade política que nosso país não mais desfruta? Quanto tempo a Universidade ainda vai levar para se replanejar frente aos já mais de três anos de crise? Vamos impor aos departamentos o dinamismo que não vemos na gestão central da universidade? (4) **Transformação**: Também

fundamental para que a Universidade se mostre dinâmica no enfrentar dos problemas da sociedade, no vai e vem das crises econômicas e políticas, e se redefina à luz das necessidades da sociedade e da análise de seus resultados. No entanto, entendemos que a UNIVERSIDADE, como berço do saber humanístico, artístico e tecnológico e como propagadora de ciências básicas e aplicadas, deveria discutir em torno dos princípios da Autonomia ou da Transformação, se não haveriam limitantes no sentido de não desvirtuar seu papel histórico na sociedade.

- d. O que de fato “parece” consenso é alterar a lógica de planejamento e avaliação de indivíduo para grupo, mas nem mesmo isto diríamos que não requer debate institucional. Pois já ouvimos muitas falas contrárias nas bases. Falas que temem que os desentendimentos entre pessoas dos grupos levem a articulações no planejamento que marginalizem as atividades de determinados docentes em detrimento de outros. Sem dizer que o planejamento dos grupos precisa estar fortemente embasado em metas institucionais da Universidade, para que de fato a Universidade mantenha sua identidade.
 - e. Cabe ainda ressaltar que a proposta de composição de uma comissão, derrotada na votação, seria muito menos custosa financeiramente para a UNESP do que a realização de diversas reuniões extraordinárias do CEPE, como provavelmente será o caso para que a proposta seja minimamente discutida pelo colegiado.
4. A reitoria e a Presidência do CEPE parecem indicar a necessidade de implantar a qualquer custo e em regime de urgência, uma metodologia que provoca a universidade a uma discussão importante, a qual está sendo abafada ao invés de fomentada institucionalmente. Rever-se não apenas quanto às metas e resultados, mas também quanto a seu organograma institucional, estatutário, seria o mais importante neste momento! Ao contrário, propõe-se planejar e avaliar os departamentos, em teoria fortalecendo estas estruturas tradicionais do organograma institucional, sem antes discutir se de fato estes ainda teriam o papel que tinham na vida universitária, quando foram criados ou mesmo, o que fazer com os tantos departamentos com o número de docentes abaixo do mínimo permitido pela legislação da UNESP e sem previsão de contratações para reposição.
- a. Na análise e revisão de sua estrutura, a universidade deve avaliar como devem ser feitas as interações entre Conselhos de Pós-graduação, Conselhos de Graduação, Grupos de Pesquisas e Departamentos. Nota-se que os departamentos não são os protagonistas nos rumos dos programas de pós-graduação, cursos de graduação e linhas de pesquisa. Assim, ao buscar concentrar o planejamento e a avaliação nesta instância, não estaríamos na verdade cometendo um erro que irá gerar mais embates e imposições do que de fato um avanço da universidade? Não se trata de propor extinguir os departamentos, mas sim discutir o seu papel nesta estrutura complexa. Isto é importante e urgente e precede o documento que foi apresentado pela presidente da CPA.
 - b. Em um momento em que muitos departamentos estão em rota acelerada de desmanche, carentes de docentes, de servidores técnico-administrativos, de materiais, pressionados por metas internas e externas à Universidade, sem qualquer tipo de investimento material ou humano ou previsão destes, seria o momento de colocar mais

atribuições aos departamentos, sem garantias que estes consigam manter minimamente o que exigem as atividades de ensino? Sendo que o funcionamento normal em certos casos está prejudicado. Existirão os departamentos em caráter de excepcionalidade no processo de planejamento e avaliação? Discutiremos a linha de corte ou isto também não passará pelo CEPE?

- c. Como podem departamentos com tantas dificuldades assumirem papel tão Estratégico para a Universidade? Não haveriam outras instâncias com poder de articulação em grupo, para a implantação de uma proposta como a apresentada?
- d. Não podemos nos esquecer de que estamos caminhando para o terceiro ano consecutivo sem reposição de perdas salariais, já à casa de aproximadamente 20%, somados aos demais direitos que nos foram tolhidos no tratamento isonômico precário com as demais Universidades Estaduais Paulistas (USP e UNICAMP). Com quais motivos e instrumentos normativos se cobra maior eficiência, engajamento, etc., sem que haja correspondência nos vencimentos?
- e. Sobre quais “Princípios” deve a comunidade se basear para se engajar em qualquer política de planejamento ou avaliação institucional, que não esteja sendo discutida de forma cautelosa, transparente, sem afogadilhos e que pode se reverter em algum momento, contra a própria comunidade?

De qualquer forma, são muitas perguntas e em nosso entendimento, para o bem da UNESP, as respostas deveriam ser construídas após amplo debate com a comunidade. Já é hora da UNESP enfrentar de frente seus desafios e problemas históricos, propondo e implementando mudanças efetivas. Mas se estas não forem construídas com a comunidade, através de Fóruns específicos, Assembleias e representações diretas, o risco que se corre é muito grande, pois mudanças sem o apoio da comunidade tendem a ser menos efetivas e, a primeira oportunidade, tendem a ser revertidas.

Entendemos perfeitamente o anseio da gestão em provocar as discussões e fazer as mudanças que os senhores julguem pertinentes, mas com muito respeito, clamamos que não desprezem as indicações da comunidade e destes representantes eleitos por ela, bem como o fato de que podem incorrer no risco de estarem criando o cenário e o mecanismo que poderá colocar vossa gestão na história da UNESP como aquela que abriu de fato as portas para o desmanche total. A crise, que não começou no vosso mandato e ao que tudo indica também pode não terminar com ele, *exige mudanças estruturantes* em nossa Universidade, sem as quais não nos faremos mais fortes e para as quais precisamos estar unidos para que aconteçam.

Como dito por vários colegas durante a reunião, inclusive pelo Senhor, precisamos somar forças em prol da UNESP e das mudanças necessárias, mas o ocorrido na última reunião do CEPE foi lastimável e no caminho oposto. Esperamos, “de coração”, que a Presidência reveja os encaminhamentos para as próximas reuniões e que possamos somar para avançar!

Desse modo, seguem nossos pleitos formalmente:

- A. Que o Item 3 da pauta da Reunião do CEPE de 10/10/2017, “Planejamento e Avaliação na Unesp: proposta de redefinição de ponto de partida e de**



percurso”, seja recolocado em pauta, em reuniões ordinárias, às terças-feiras, de preferência sem a pressa que se recobre, para ser apreciado pelo colegiado, contando com todas as discussões e decisões que o tema merece, longe, pois, de suposições (espírito da proposta ou outras artimanhas não aceitáveis).

- B. Que os assuntos indicados no item 1.d deste documento sejam pautados formalmente no CEPE, com a maior brevidade possível.
- C. Que somente o senhor, Magnífico Vice-Reitor da UNESP, professor doutor Sérgio Nobre, encaminhe as votações do CEPE, ou que as mesmas ocorram sob sua responsabilidade.

Subscrevemo-nos:

ANTÔNIO THOMAZ JÚNIOR

ANTONIO CÉSAR GERMANO MARTINS

FERNANDO PINHABEL MARAFÃO

MARCOS CHIQUITELLI NETO

RUBIA MARTINS

SÉRGIO MAURO ROMAGNOLO

MARIA VALÉRIA BARBOSA

MILTON VIEIRA DO PRADO JÚNIOR

ALEARDO MANACERO JUNIOR

PAULO CESAR DE MORAES

MÁRCIA APARECIDA QUERIDO
MOREIRA